

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ANA FLÁVIA DA SILVA DOS SANTOS

**A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL DOS EUA E A INVASÃO DO
IRAQUE: UM CASO EMBLEMÁTICO DA GUERRA PREVENTIVA (2001 - 2009)**

UBERLÂNDIA

2025

ANA FLÁVIA DA SILVA DOS SANTOS

**A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL DOS EUA E A INVASÃO DO
IRAQUE: UM CASO EMBLEMÁTICO DA GUERRA PREVENTIVA (2001 - 2009)**

Monografia apresentada no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito básico para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais. Orientadora: Prof^a Débora Figueiredo Mendonça do Prado.

UBERLÂNDIA

2025

ANA FLÁVIA DA SILVA DOS SANTOS

A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL DOS EUA E A INVASÃO DO IRAQUE:
UM CASO EMBLEMÁTICO DA GUERRA PREVENTIVA (2001 - 2009)

Monografia apresentada à banca examinadora do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Uberlândia, 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Débora Figueiredo Mendonça do Prado
IERI-UFU

Prof. Aureo de Toledo Gomes
IERI-UFU

Prof. Edson Jose Neves Junior
IERI-UFU

As milhares de vidas que morreram sem ao
menos compreenderem o motivo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por ter me dado o privilégio da vida, a oportunidade de estudar e uma família maravilhosa que acima de tudo buscou me dar conforto, segurança, amor e muito espaço para que eu pudesse escolher o meu caminho profissional, apesar de todas as dificuldades.

A minha mãe, Eliane, por ser mãe e pai, por ser a minha fortaleza e a minha melhor amiga, aquela que mesmo enfrentando milhares de problemas, sempre atendia o telefone pra me ouvir, me acalmar e oferecer colo de mãe mesmo a distância. Obrigada por sempre ser o lugar de conforto que eu recorria quando tudo parecia difícil, quando tudo parecia impossível. Mãe, só você consegue me fornecer calma quando tudo parece caos, obrigada por sempre me fortalecer e por apostar todas as suas fichas nos meus sonhos, saiba que um dia eu retribuirei cada centavo e suor investido. E diante de mil vidas, se eu tiver a chance de escolher, nessas mil eu escolheria ser a sua filha.

A minha irmã, Ana Luiza, por também ser a minha fortaleza e melhor amiga, mas acima de tudo meu conforto e ombro amigo. Obrigada por sempre me ouvir e estar ao meu lado nos melhores e piores momentos, obrigada por acreditar no meu potencial e lembrar que eu sempre posso fazer mais. Irmã, você é pra mim uma inspiração de ser humano, espero um dia ter metade da força que você tem, obrigada por sempre fortalecer a nossa família e ser o nosso pilar, principalmente enquanto eu estava longe de casa. Minha eterna gratidão por tudo e principalmente por ser a nossa luz nos momentos em que a escuridão se fazia presente e parecia não haver saída. Se eu tivesse a chance de ter mais mil vidas, nessas mil eu escolheria retornar ao seu lado, juntas, sempre juntas.

A minha avó Lu, por sempre lembrar da minha força e do motivo que me traz aqui e fez com que eu escrevesse esse trabalho. Muito obrigada vó, por toda a paciência que a senhora sempre teve comigo, por me ensinar desde cedo o caminho certo que eu deveria seguir, por estar ao meu lado desde o meu nascimento até os dias mais complicados. Obrigada por me ensinar a ter um pouco mais de paciência com a vida, a saber esperar e entender que às vezes precisamos dar alguns passos para trás para conseguir voar. Minha eterna gratidão por ter escolhido eu e a Ana Luiza como suas netas, o meu muito obrigado! Como eu sempre digo, agradeço todos os dias por ter você em minha vida, pois não sei o que seria dela sem você, sem Antônio e Jorge.

Ao Jorge e ao meu avô Antônio Bento da Silva, que durante toda a minha existência também estiveram ao meu lado, cuidando de mim e me guiando, sempre buscando me proteger

contra todos aqueles que nunca quiseram o meu bem. Obrigada por sempre estarem aqui, por me lembrarem o verdadeiro significado do amor e da família, por enfrentarem e lutarem todos os problemas comigo, com a minha mãe e com a Ana Luiza. Vô, você é um exemplo de homem que apesar de todas as expiações e provas da vida, sempre buscou fazer de tudo pela família, obrigada por ser o meu melhor amigo, o meu herói e o meu pai. Obrigada vovó por sempre me escutar antes de dormir e por me dar o que eu mais pedi nesses últimos dias: força para ser como o senhor, fé, coragem e resignação para conseguir finalizar essa etapa. Obrigada por sempre, sempre estar aqui. Gratidão por ter você como meu avô, meu protetor.

Ao melhor amigo, Lucas, por conhecer, enfrentar e mesmo assim permanecer diante do meu pior lado, quando o estresse tomava conta e a felicidade não se fazia presente. Best, obrigada por toda paciência durante esses quatro anos de amizade, obrigada por ser a minha válvula de escape e sempre me tirar as melhores risadas quando todo o meu mundo se voltada ao TCC, minha terna gratidão por ter permanecido ao meu lado.

Ao meu psicólogo, Carlos, por toda paciência, carinho e abrigo, obrigada por enfrentar minhas batalhas comigo e por me ajudar a compreender todos os meus conflitos internos. Obrigada por me mostrar a importância do começar e do recomeçar quantas vezes for necessário, obrigada por sempre me lembrar da importância do descanso e do colo de mãe. Obrigada por sempre falar da necessidade de errar e não ser perfeita, obrigada por lembrar das minhas potências quando a minha força parecia não mais existir aqui. Muito obrigada por tudo, Carlos, as minhas quartas-feiras ficam melhores com você!

Ao Centro, principalmente ao Éder, por sempre serem a minha fortaleza e a fortaleza da minha família, por terem me dado a chance de conhecer um lado meu que eu ainda não conhecia, por preencherem o meu vazio e pelo reencontro com pessoas tão especiais.

A minha orientadora, professora Débora, obrigada por desde o início me auxiliar nessa luta e sempre estar disposta a me ajudar, a ler, reler e recomeçar, o meu muito obrigada por toda atenção e disposição de tempo.

Por fim, o meu muito obrigada a todos vocês que estiveram presentes nesse momento, somente vocês sabem o quão difícil foi começar e terminar este trabalho, o qual muitas das vezes parecia interminável, só vocês sabem quantas lágrimas caíram na tentativa de escrever algumas páginas. Obrigada!

Eles lutam pela paz

Paz, eles dizem.

Paz de espírito ?

Paz na Terra ?

Paz de que tipo ?

Eu os vejo conversando, discutindo, brigando...

Que tipo de paz eles procuram ?

Por que eles matam ? O que eles estão planejando ?

É só falar ? Por que eles discutem ?

É tão simples matar ? Este é o plano deles ?

Sim claro!

Eles falam, discutem, matam...

Eles lutam pela paz.

*(Shaker Abdurraheem Aamer, prisioneiro de
Guantánamo)*

RESUMO

Este trabalho propõe realizar uma análise sobre a doutrina de segurança nacional dos Estados Unidos durante o 11 de setembro de 2001, de modo a compreender o impacto dos ataques até o final do governo de George W. Bush (2001 - 2009), analisando os desdobramentos em seus

dois mandatos. Assim, serão explorados o surgimento e a consolidação da Doutrina Bush por meio da *National Security Strategy*, de modo a compreender seus aspectos e objetivos, os quais levaram à invasão e posterior ocupação do Iraque. Serão mobilizadas as justificativas utilizadas para invadir o território e a reação da comunidade internacional à invasão, de modo a evidenciar que o discurso criado pelo governo foi construído anteriormente e que os ataques se tornaram a base para a consolidação das ideias. Dessa maneira, será possível compreender as consequências que a invasão gerou para o governo Bush, evidenciando a crise de legitimidade e a repercussão da guerra para o partido republicano, com destaque para a violação de direitos humanos e para o favorecimento do partido democrata nas eleições de 2008.

Palavras-chave: segurança nacional, Estados Unidos, Doutrina Bush, 11 de setembro, direitos humanos.

ABSTRACT

This study seeks to undertake a comprehensive analysis of the United States national security doctrine in the context of the September 11, 2001 attacks, with the objective of assessing the impact of these events through the conclusion of George W. Bush's presidency (2001–2009), taking into account the key developments across both of his terms. In this regard, particular

attention will be given to the emergence and consolidation of the Bush Doctrine, as articulated in the National Security Strategy, with the aim of elucidating its core principles and strategic objectives, which culminated in the invasion and subsequent occupation of Iraq. The analysis will examine the official justifications presented for the intervention, as well as the reaction of the international community, in order to demonstrate that the narrative employed by the administration had been previously constructed and that the attacks served as a catalyst for the legitimization of pre-existing strategic intentions. Accordingly, the study will seek to evaluate the broader implications of the invasion for the Bush administration, shedding light on the ensuing crisis of legitimacy and the political ramifications for the Republican Party, particularly in relation to human rights violations and the subsequent electoral advantage gained by the Democratic Party in the 2008 presidential election.

Keywords: national security, United States, Bush Doctrine, September 11, human rights.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAPÍTULO 1: O 11 DE SETEMBRO E A DOUTRINA BUSH	13
2.1	Os antecedentes	12
2.2	Os atentados do 11 de setembro	14
2.3	A doutrina Bush: guerra preventiva e unilateralismo na política externa	17

	norte-americana.....	17
3	CAPÍTULO 2: A OCUPAÇÃO DO IRAQUE.....	22
3.1	As justificativas da guerra: terrorismo, armas de destruição em massa e democracia	22
3.2	A ocupação e a reação da comunidade internacional à invasão.....	24
4	CAPÍTULO 3: DESDOBRAMENTOS DA OCUPAÇÃO ATÉ O FIM DO GOVERNO BUSH.....	28
4.1	Crise de legitimidade	28
4.2	O início de um novo mandato: mais quatro anos	29
4.3	A repercussão para o partido republicano: a violação de direitos humanos	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe analisar a doutrina de segurança implementada pelo governo de George W. Bush (2001-2009), com foco na invasão e ocupação do Iraque em 2003 e nos desdobramentos dessa ação até o final de seu mandato. Para isso, será preciso examinar os fundamentos da Doutrina Bush e a estratégia de guerra preventiva; investigar as justificativas do governo norte-americano para a invasão do Iraque em 2003 e discutir as consequências políticas e militares da guerra até o fim do governo Bush. Dessa maneira, será possível compreender como os atentados do 11 de setembro propiciaram um cenário ideal para justificar as invasões, desde o Afeganistão, que culminou na Operação da Liberdade Douradora, mas que não será o foco do presente trabalho, até a invasão e posterior ocupação do Iraque.

Nesse sentido, utilizará como metodologia a revisão bibliográfica e a análise documental, com foco na análise da *National Security Strategy* de 2002 e 2006, concentrando-se nos dois documentos de segurança nacional do governo Bush, escolhidos por sua relevância histórica e política no contexto pós-11 de setembro. O método de análise será a abordagem de pesquisa qualitativa, uma vez que busca-se realizar um estudo completo, de modo a compreender e dar ênfase aos fenômenos históricos do conflito. No que tange ao método de coleta de dados, optou-se pela revisão bibliográfica e a análise de documentos. Dessa forma, busca-se realizar uma pesquisa com objetivo exploratório, a fim de destacar os discursos de Bush, os inimigos, o unilateralismo agressivo e a política externa norte-americana do período (2001-2009).

Por fim, para retratar e fundamentar o exposto acima, o presente trabalho está dividido em três capítulos, para além da introdução e conclusão. O capítulo 1 se dedica a apresentar o 11 de setembro e a doutrina Bush, pontuando os ataques e os aspectos fundamentais para a compreensão da política externa norte-americana no período, com destaque para a guerra preventiva e para o unilateralismo. Já o capítulo 2, elenca o momento da aplicação da doutrina, realizando uma análise a partir da ocupação do Iraque em 2003, ilustrando as justificativas da guerra e a reação da comunidade internacional à invasão. Por fim, o capítulo 3 traz uma perspectiva breve sobre os desdobramentos da ocupação até o fim do governo Bush, expondo a crise de legitimidade ao final do mandato e a repercussão da guerra para o partido republicano, com destaque para a violação de direitos humanos.

2 CAPÍTULO 1: O 11 DE SETEMBRO E A DOCTRINA BUSH

2.1 Os antecedentes

Com o início do Governo de George W. Bush em janeiro de 2001, os Estados Unidos receberam o 43º presidente do seu país, o qual lidaria com questões que mudariam o rumo da política externa dos EUA. Assim, em seu primeiro discurso, Bush deixou explícito o modo como os Estados Unidos iriam agir a partir daquele momento em relação aos seus inimigos, evidenciando a necessidade de combater qualquer um que colocasse em risco a soberania norte-americana, de modo a proteger a hegemonia do país (Storti,2009). Nesse sentido, ficou evidente a presença de algumas figuras dentro do novo governo, como Condoleezza Rice, Assessora de Segurança Nacional, Vice-Presidente Dick Cheney e Donald Rumsfeld, Secretário de Defesa, (Sciolino,2000). Logo, Bush declara:

We will build our defenses beyond challenge, lest weakness invite challenge. We will confront weapons of mass destruction, so that a new century is spared new horrors. The enemies of liberty and our country should make no mistake: America remains engaged in the world by history and by choice, shaping a balance of power that favors freedom. We will defend our allies and our interests. We will show purpose without arrogance. We will meet aggression and bad faith with resolve and strength. And to all nations, we will speak for the values that gave our nation birth (BUSH, jan. 2001).

Dessa maneira, no início do seu mandato, oito meses após garantir a sua vitória, Bush buscava evidenciar, por meio de seus discursos, que percorreria um caminho diferente para tratar dos assuntos que envolvessem a segurança do país. Assim, o governo acreditava que o sistema de alianças e as parcerias deveriam ser pragmáticas e voltadas para a relação com as grandes potências. Todavia, ao decorrer do seu governo, foi possível perceber um determinado isolacionismo em relação aos seus parceiros e também ações de aspecto unilateral, devido aos caminhos divergentes que os EUA ambicionavam tomar (Storti,2009).

De acordo com Rodrigues (2004), ainda durante a campanha eleitoral, o partido republicano de Bush parecia ter somente duas preocupações iniciais, sendo elas: o sistema de proteção anti-míssil e a reforma das forças armadas. Nesse sentido, Bush buscou dar ênfase à importância da proteção antimíssil, que possuía alguns entraves para ser imposta, devido ao Tratado Antimísseis Balísticos (ABM) de 1972. Logo, para o sistema ser implementado, seria necessário o abandono do Tratado, o que era visto com certa desconfiança pela Organização das Nações Unidas (ONU) e muitos países como Rússia, China e diversos outros, devido à possibilidade de uma corrida armamentista. No entanto, apesar das objeções Bush optou por realizar o abandono.

Sendo assim, no dia 1º de maio de 2001, George W. Bush realizou um discurso, com o intuito de comunicar a população norte-americana sobre determinados riscos internacionais e o uso de armas de destruição em massa (ADMs), por Estados considerados uma ameaça. Nesse sentido, o presidente compara o mundo em que os Estados Unidos estavam inseridos naquele momento em 2001 e o contexto da Guerra Fria, evidenciando como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi um grande inimigo e como o Tratado dos Mísseis antibalísticos havia sido importante. Portanto, o governo acreditava que por mais que os atores tenham sido modificados, o mundo continuava perigoso, o que levaria os EUA a se protegerem das novas ameaças, mas dessa vez por meio de um novo sistema, o de defesa antimísseis (Bush,2001). Logo, a construção de um discurso baseado em interesses nacionais, armas de destruição em massa e em novas ameaça, já havia começado a ser construído desde este momento, sendo consolidado com os atentados do 11 de setembro de 2001. Portanto, Bush afirma:

Yet, this is still a dangerous world, a less certain, a less predictable one. More nations have nuclear weapons and still more have nuclear aspirations. Many have chemical and biological weapons. Some already have developed the ballistic missile technology that would allow them to deliver weapons of mass destruction at long distances and at incredible speeds. And a number of these countries are spreading these technologies around the world. (...) Unlike the Cold War, today's most urgent threat stems not from thousands of ballistic missiles in the Soviet hands, but from a small number of missiles in the hands of these states, states for whom terror and blackmail are a way of life. (...) That's why we should work together to replace this Treaty with a new framework that reflects a clear and clean break from the past, and especially from the adversarial legacy of the Cold War (Bush,2001).

2.2 Os atentados do 11 de setembro

No dia 11 de setembro de 2001, a potência que até então era vista como um “gigante de difícil acesso”, recebeu inúmeros ataques que acabaram construindo um novo rumo para a história. Os ataques chegaram a matar cerca de três mil pessoas e foram organizados por fundamentalistas islâmicos vinculados à Al-Qaeda e também a Osama Bin Laden, figura que já estava sendo procurada pelos Estados Unidos, já que em 1998 foi feita uma declaração de guerra aberta contra os norte-americanos e também aos seus aliados. A ação envolveu 19 terroristas e se deu por meio do sequestro de quatro aviões de origem americana, os quais tinham como alvo às Torres Gêmeas do World Trade Center, localizado em Nova Iorque; o Pentágono, sede do Departamento de Defesa localizado na Virgínia e, supostamente o Camp David, já que ocorreu a queda de um dos aviões em uma área rural localizada em Shanksville, Pensilvânia. Logo, percebe-se que o intuito era atingir não qualquer alvo dos Estados Unidos, mas sim, os símbolos tradicionais, como o poder econômico e militar (Storti,2009).

Assim, a declaração feita em 1998, foi realizada através de Osama Bin Laden e seus associados da Frente Islâmica Mundial, pontuando as provocações que foram sendo feitas pelos EUA e geraram a necessidade de uma *jihad*, guerra santa. Entre os motivos é possível destacar três causas principais, entre elas: i) presença das forças armadas em territórios árabes; ii) apoio à Israel e iii) ataques contra o Iraque (Frente Islâmica Mundial, 1998). Logo, a declaração evidencia uma relação conturbada dos Estados Unidos com o Oriente Médio, a qual já vinha sendo manipulada por muito tempo. Nesse sentido, os líderes da Frente Islâmica Mundial declaram:

[...] if the American's aims behind these wars are religious and economic, the aim is also to serve the Jew's petty state and divert attention from its occupation of Jerusalem and murder of Muslims there. The best proof of this is their eagerness to destroy Iraq, the strongest neighboring Arab state, and their endeavor to fragment all the states of the region such as Iraq, Saudi Arabia, Egypt, and Sudan into paper statelets and through their disunion and weakness to guarantee Israel's survival and the continuation of the brutal crusade occupation of the Peninsula. All these crimes and sins committed by the Americans are a clear declaration of war on Allah, his messenger, and Muslims. And ulema have throughout Islamic history unanimously agreed that the Jihad is an individual duty if the enemy destroys the Muslim countries (World Islamic Front Statement, 1998).

Segundo Pecequillo (2005), as implicações dos atentados iam além da desordem no plano econômico e moral, os desdobramentos atingiram o que a autora chama de os “bastiões da sociedade”, afetando diretamente os valores norte-americanos, a liberdade e a segurança dentro do próprio território, ou seja, havia sido tirado da população a sensação de normalidade e, evidenciado que a Grande Potência não só poderia sofrer ataques de grandes proporções, mas que era também completamente vulnerável como os outros países, o que obrigaria os EUA a buscarem uma resposta instantânea e eficiente para combater a nova ameaça.

As alas nacionalista e neoconservadora do Partido Republicano da Administração Bush, encontraram nos ataques o momento ideal para colocar em prática os seus ideais, já que ainda no governo Clinton, havia sido apresentado por eles um projeto com elementos centrais para a política externa do país. O “Project for the New American Century”, fazia uma menção da política de Reagan, ilustrando alguns pontos que precisariam ser retomados, como: forte poder militar para lidar com problemas futuros e presentes; uma política externa que compartilhasse os seus valores e uma liderança que abraçasse as responsabilidades globais dos Estados Unidos. Portanto, já era esperado do governo uma postura unilateralista (Rodrigues, 2004). Nesse sentido, entende-se que: “Antes de tudo, os ataques perpetrados pela Al-Qaeda levaram os Estados Unidos a uma guerra no Afeganistão e deram suporte e ímpeto para a consolidação de um discurso, que como já sabemos não foi criado a partir dos atentados, que

exortava a invasão do Iraque para a derrubada do governo de Saddam Hussein” (Alarcon,2012, p. 123).

Sendo assim, no dia 20 de setembro de 2001, Bush realiza uma declaração afirmando que os Estados Unidos estariam em uma luta que envolveria dimensões globais contra o terrorismo, portanto, todos os países deveriam se posicionar a favor dos EUA ou contra, não existindo possibilidade de meio-termo, de modo que: “Every nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists” (BUSH,2001).

Dessa forma, criou-se a designação do “Eixo do Mal”, termo que foi divulgado por meio do *State of Union Address* em janeiro de 2002, o qual faz menção aos *rogue states*, ou seja, aos Estados que representavam uma ameaça ao território americano e que estariam associados às armas de destruição em massa. Coreia do Norte, Irã e Iraque seriam, a princípio, os países que compunham determinado eixo. No entanto, se o princípio para designar os *rogue states* fossem os armamentos de destruição em massa e os países que possuíam algum tipo de ligação com o terror, havia uma incoerência na lista, já que Líbia, Síria e Paquistão não foram incluídos (Rodrigues,2004). O Iraque parecia estar em uma posição diferente, devido principalmente aos últimos conflitos que tinham ocorrido envolvendo a região, ou seja, “não é descabido pensar hoje que com a inclusão do Iraque no “Eixo do Mal” talvez já se estivesse a preparar o terreno para a sua ulterior invasão” (Rodrigues,2004, p.7). Portanto, em sua declaração de janeiro de 2002, Bush afirma:

Our second goal is to prevent regimes that sponsor terror from threatening America or our friends and allies with weapons of mass destruction. Some of these regimes have been pretty quiet since September the 11th. But we know their true nature. North Korea is a regime arming with missiles and weapons of mass destruction, while starving its citizens. Iran aggressively pursues these weapons and exports terror, while an unelected few repress the Iranian people's hope for freedom. Iraq continues to flaunt its hostility toward America and to support terror. The Iraqi regime has plotted to develop anthrax, and nerve gas, and nuclear weapons for over a decade. This is a regime that has already used poison gas to murder thousands of its own citizens -- leaving the bodies of mothers huddled over their dead children. This is a regime that agreed to international inspections -- then kicked out the inspectors. This is a regime that has something to hide from the civilized world. States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world (Bush,2002).

Portanto, compreende-se que diferente de muitos conflitos que buscaram realizar uma competição por território ou por riquezas, os atentados do 11 de setembro de 2001 apresentaram uma outra perspectiva, já que o intuito naquele momento era causar medo e evidenciar força. Assim, os atentados não se trataram de uma guerra oficial entre os Estados Unidos e o Iraque, mas sim de uma campanha terrorista por parte de Osama Bin Laden contra os EUA. Dessa maneira, o terreno já estava preparado para o que a história iria chamar de Doutrina Bush, uma

política estratégica de segurança e defesa, a qual propunha a realização de ataques antes mesmo que os inimigos atacassem, de modo a desenvolver novas estruturas de dissuasão. Portanto, um novo padrão de guerra teria surgido, em que os Estados Unidos buscariam agir de modo unilateral para defender a sua soberania e os seus interesses nacionais (Storti,2009).

2.3 A doutrina Bush: guerra preventiva e unilateralismo na política externa norte-americana

Percebe-se com os atentados do 11 de setembro um momento de complexas mudanças, tanto no âmbito interno como no âmbito externo, mas no que diz respeito ao unilateralismo, entende-se que o governo Bush desde o início buscou defender tal posição e os ataques só corroboraram o que de fato era pensado em ser feito. Assim, tal momento da história trazia o que os Estados Unidos sempre buscaram colocar em sua política externa: o unilateralismo e um inimigo para combater, aspectos que não estavam sendo postos em atividade, mas que sempre estiveram presente na política externa americana. Dessa forma, oito meses após a declaração sobre os *rogue states*, em setembro de 2002, o governo lança a National Security Strategy (NSS), Estratégia de Segurança Nacional, a qual ficou conhecida como Doutrina Bush e tinha como pressupostos atingir a paz e a segurança por meio da ação. Logo, os Estados Unidos deveriam reagir prontamente a qualquer tipo de ameaça que pudesse ferir os seus interesses e a sua segurança, utilizando-se da prevenção e da preempção (Pecequillo,2005).

No que tange a NSS de 2002, o documento enfatiza a necessidade do governo Bush em defender a liberdade, a paz, a democracia, o desenvolvimento e o livre mercado, por meio do combate contra as nações terroristas, o que acabaria gerando uma cadeia de extensão dos valores e interesses norte-americanos. Além disso, havia uma compreensão sobre as grandes mudanças que ocorreram no cenário internacional, se comparado com o passado, já que anteriormente era necessário uma capacidades industrial considerável para conseguir atacar a América, no entanto, após o 11 de setembro percebeu-se que grupos individuais poderiam trazer caos e sofrimento para o território, sem a utilização de grandes exércitos, utilizando a combinação da tecnologia das armas de destruição em massa com o terror. Logo, seria preciso utilizar todas as ferramentas que fossem necessárias, para combater e impedir a disseminação de grupos terroristas que procuravam desenvolver tais arsenais (NSS,2002). Dessa maneira, o documento destaca que:

The gravest danger our Nation faces lies at the crossroads of radicalism and technology. Our enemies have openly declared that they are seeking weapons of mass destruction, and evidence indicates that they are doing so with determination. The United States will not allow these efforts to succeed. We will build defenses against

ballistic missiles and other means of delivery. We will cooperate with other nations to deny, contain, and curtail our enemies efforts to acquire dangerous technologies (NSS,2002).

Em seu prefácio, a *NSS* (2002) enfatiza a necessidade de que todas as nações precisariam escolher um lado, estando com os Estados Unidos ou contra eles, assim essa divisão deixaria claro quais seriam os Estados amigos e quais seriam os inimigos, uma vez que as nações que usufruissem da liberdade deveriam lutar fervorosamente contra o terror. Além disso, uma questão importante de ser ressaltada, a qual foi ilustrada no documento, é de que os Estados Unidos estariam sendo guiados pela convicção de que nenhuma nação poderia construir um mundo mais seguro e melhor sozinho, ou seja, para combater o terror seria necessário a criação de alianças e a utilização das instituições multilaterais. No entanto, veremos adiante que quando se trata da Invasão ao Iraque, o princípio do multilateralismo foi rechaçado em favor do unilateralismo. Portanto, o documento ilustra:

We are also guided by the conviction that no nation can build a safer, better world alone. Alliances and multilateral institutions can multiply the strength of freedom-loving nations. The United States is committed to lasting institutions like the United Nations, the World Trade Organization, the Organization of American States, and NATO as well as other long-standing alliances. Coalitions of the willing can augment these permanent institutions. In all cases, international obligations are to be taken seriously. They are not to be undertaken symbolically to rally support for an ideal without furthering its attainment (NSS,2002).

Outrossim, ainda no prefácio do documento, entende-se que para conseguir atingir os propósitos estabelecidos, como a destruição do seu inimigo, era necessário alguns requisitos, entre eles: o sistema de defesa antimísseis e o investimento nas Forças Armadas, com a possibilidade do uso de armas nucleares, podendo ser utilizada contra qualquer inimigo, tendo ele ou não acesso a tecnologia. Percebe-se então que o critério utilizado pelo governo Bush se tratava do nível de ameaça percebida e real que esses atores estariam representando e não do seu potencial bélico (Pecequillo,2005). Logo, é evidente que:

America will act against such emerging threats before they are fully formed. We cannot defend American and our friends by hoping for the best. So we must be prepared to defeat our enemies plans, using the best intelligence and proceeding with deliberation. History will judge harshly those who saw this coming danger bust failed to act. In the new world we have entered, the only path to peace and security is the path of action (NSS,2002).

Somado a isso, a nova estratégia de segurança nacional seria baseada no internacionalismo diferenciado, o qual refletiria a união dos valores e dos interesses dos Estados Unidos, de modo que o principal objetivo da estratégia seria ajudar o mundo a se tornar um lugar melhor e mais seguro. Suas políticas eram claras, entre elas: liberdade política e econômica, relações amigáveis com outras nações e respeito pela dignidade humana, o que

estaria aberto para os outros países, uma vez que buscava-se conduzir a ideia de que o terrorismo se tratava de uma ameaça global, a qual precisava ser combatida por meio da junção de todas as potências (NSS,2002). Nesse sentido, compreende-se que:

The U.S. national security strategy will be based on a distinctly American internationalism that reflects the union of our values and our national interests. The aim of this strategy is to help make the world not just safer but better. Our goals on the path to progress are clear: political and economic freedom, peaceful relations with other states, and respect for human dignity (NSS, 2002, p. 1).

Ademais, a despeito dos meios para combater as ameaças, a Estratégia destaca a necessidade de mudança de regime por meio de atividades políticas e militares. Além disso, os Estados Unidos deixa claro que buscariam defender o seu território, o povo norte-americano e os seus interesses internos e externos, por meio da identificação e destruição de ameaças, antes que elas alcançassem o seu país. Dessa forma, inicialmente, os EUA agiriam por meio do multilateralismo, buscando respaldo na comunidade e nas instituições internacionais, no entanto, caso não fosse possível atingir os objetivos por via multilateral, o governo não hesitaria em agir unilateralmente e preemptivamente para prevenir ameaças (NSS,2002). Logo, entre as estratégias de destruição das organizações terroristas, pode-se destacar:

[...] defending the United States, the American people, and our interests at home and abroad by identifying and destroying the threat before it reaches our borders. While the United States will constantly strive to enlist the support of the international community, we will not hesitate to act alone, if necessary, to exercise our right of self-defense by acting preemptively against such terrorists, to prevent them from doing harm against our people and our country (NSS,2002, p.6).

De acordo com Correia (2006), no que tange a ação preemptiva, entende-se que ela se enquadra pela antecipação de um conflito, por parte de um Estado que esteja em posição de ameaça iminente de um ataque, ou seja, se trata de um contragolpe, uma espécie de resposta e legítima defesa apoiada pelo artigo 51 da carta da ONU, visto que há um risco concreto contra a integridade territorial e soberania política. Logo, entende-se que quem iniciou o conflito foi a parte que realizou a ameaça e não o Estado que buscou agir para se defender dela. De modo contrário, à guerra preventiva possui caráter ofensivo, visto que o Estado que a utiliza, busca manter o *status quo* a seu favor. Dessa forma, procura-se atacar com o intuito de prevenir que uma possível ameaça ataque os seus interesses nacionais, ou seja, não se faz necessário ter uma ameaça iminente à sua soberania para decidir atacar, o que classifica essa ação como um ato agressivo, sendo a agressão prevista na Assembleia Geral da ONU e definida por meio da Resolução 3314. Nesse sentido, Correia afirma que:

Já procuramos deixar claro que os EUA contemplam, na sua conceptualização estratégica, uma assumida opção por ações armadas preventivas. O já referido *The*

National Security Strategy of the United States of America enuncia uma modalidade intervencionista de tipo messiânico e admite o recurso a meios militares, a todos os meios militares se necessário, para intervir por prevenção em qualquer região do mundo contra invocadas ameaças terroristas, para eliminar previamente ameaças de uma nova superpotência que desafie o poder de Washington [...], enfim, para impedir que um determinado quadro externo possa alterar-se num sentido que afecte os interesses dos EUA, ainda que não esteja perante uma ameaça iminente (Correia, 2006, p.5)

Para Brzezinski (2004), entende-se que a preempção se trata de uma reação contra um risco real, ou seja, já existente e de fácil percepção, algo evidente, o que faz com que seja facilmente justificada com base no interesse nacional e devido a ameaça iminente, facilitando o apoio da comunidade internacional e justificando uma possível postura unilateral. Assim, a preempção não se refere a uma hipótese de risco e necessita de uma inteligência sólida para conseguir justificar o ato. Apesar da prevenção, entende-se que ela impede a emergência do risco, tornando a circunstância menos clara, de modo que somente deve envolver o uso da força quando as demais formas de solução do problema já estiverem sendo esgotadas. Logo, a prevenção se refere essencialmente a ataques que podem e devem ser evitados até que se tenha certeza do possível risco e, caso se confirme a necessidade de uma ação, o confronto deve ocorrer com o amparo da sociedade internacional. Nesse sentido, o autor destaca que:

[...] Os EUA não estavam perante a ameaça de uma agressão iminente, nem sequer perante sinais de que por parte do Iraque estivesse em preparação qualquer agressão contra o seu território, contra instalações militares no país ou em qualquer parte do mundo, ou que perigassem os seus interesses vitais. Os pretextos, mesmo reciclados depois de demonstrada a evidência da falsidade dos iniciais invocados para justificarem o ataque, impedir que o Iraque pudesse transformar-se numa ameaça nuclear ou que viesse a tornar-se um aliado da Al Qaeda, continuam a enquadrar, com rigor, uma acção preventiva (Brzezinski, 2004, p. 9).

Todavia, entende-se que o documento de 2002 não deixa claro em quais momentos e situações seriam utilizados o uso antecipado da força, além de não fornecer uma explicação clara sobre a diferenciação entre prevenção e preempção. Portanto, acredita-se que: “failure to discriminate - especially on the part of the superpower, which has the greatest means for deterrence-could precipitate a contagion of unilateral “preventive” wars masquerading as “preemptive” (Brzezinski, 2004). Ademais, entende-se que por mais que o documento trabalhe a ideia de preferência por ações multilaterais, haveria o chamado “Multilateralismo à la carte”, onde os Estados Unidos procurariam apoio das organizações internacionais, mas caso tais instituições negassem ou não enxergassem a necessidade que os norte-americanos estivessem enfrentando, os EUA procurariam formar coalizões e em última instância, não sendo possível a formação de tais alianças, os Estados Unidos agiriam de modo unilateral, mesmo que isso significasse ficar contra os seus aliados (HAAS, 2008).

Outrossim, de acordo com Daalder, Lindsay e Steinberg (2002), o governo norte-americano não seguiu o que foi desenvolvido na Estratégia de Segurança Nacional, devido a falta de coerência com a realidade em alguns pontos que estavam presentes no documento, como: o trabalho em conjunto com as grandes potências e a importância dos organismos internacionais. Logo, é possível afirmar que a produção do documento serviu como uma forma de apelo à comunidade internacional sobre o que os Estados Unidos iriam fazer a partir daquele momento. Nesse sentido, os autores ressaltam que:

Although the Strategy's overarching goals make sense, its proposals for achieving them raise important questions. First, the Strategy sets as a goal promoting global freedom but gives priority to a counterterrorism policy that relies heavily on the help of countries that in many cases do not share America's basic values. Second, the Strategy fails to recognize the limitations of preemption as a policy tool or to specify when it should be used. Third, the Strategy emphasizes ad-hoc coalitions to address threats to international security but underestimates the contribution that broad based alliances and institutions make to furthering U.S. interests over the long term. Finally, the Strategy warns that failed states threaten American security, but proposes economic and political assistance programs ill suited to alleviating the danger (Daalder, Lindsay e Steinberg, 2002, p.1)

Portanto, entende-se que a Doutrina Bush pode ser considerada como uma continuidade da tradição da política externa norte-americana, uma vez que ao ser implementada, ela demonstrou seguimento de governos anteriores, no entanto, com algumas mudanças no que tange a forma de realizar e colocar algumas tarefas em prática. Entende-se que as *NSS* anteriores buscavam evidenciar o direito do unilateralismo e a necessidade de impedir o avanço de países hostis. Logo, anteriormente, se tratava de uma postura de contenção e de dissuasão, mas no governo Bush se tornou uma representação de ataques antecipados, com a persistência do unilateralismo (Pecequillo 2005).

3 CAPÍTULO 2: A OCUPAÇÃO DO IRAQUE

3.1 As justificativas da guerra: terrorismo, armas de destruição em massa e democracia

Segundo Pecequillo (2005), a decisão de invadir o Iraque não foi vista com bons olhos, o que foi perceptível por meio da falta da opinião pública local e internacional, visto que o Iraque desde 1991, após o seu último conflito, o qual ficou conhecido como Guerra do Golfo, se tornou incapaz de ser uma ameaça, devido a sua perda de capacidade de agressão e de projeção de poder em nível regional e global. Assim, quando houve a declaração de Invasão ao

Iraque, a falta de apoio internacional foi evidente, visto que se envolver em guerras demanda um alto custo para os países que decidem participar diretamente ou indiretamente no conflito. Logo, havia a compreensão de que seria irracional se envolver em um confronto com demasiados gastos, em um país que não havia demonstrado nenhuma ameaça iminente e nem possuía capacidade de agressão em nível elevado.

Assim, o governo Bush dá início a construção do seu discurso, como tentativa de legitimar a sua ação e garantir grande apoio interno e alianças externas. Nesse momento, percebe-se a utilização do medo como fator mais utilizado para chamar atenção da população norte-americana. Dessa maneira, o discurso realizado pelos norte-americanos, o qual fazia menção a um governo tirânico no Iraque, expõe raízes liberais, ligadas ao pensamento político liberal (expansão de valores democráticos, liberdade civil e livre mercado) e, uma base neoconservadora, já que procurava-se realizar a propagação desses princípios por meio de uma política externa agressiva (Amaral,2023).

Então, salvar a população iraquiana do regime Baath e também da ameaça terrorista, poderia ser enquadrada como uma espécie de razão humanitária, de acordo com Fassin (2012), uma vez que buscava-se justificar a invasão em prol de objetivos moralmente aceitáveis, utilizando da compaixão e da responsabilidade para mascarar os reais interesses. Além disso, Paris (2004), evidencia que as democracias consolidadas, possuem uma tendência de serem mais pacíficas, em relação aos Estados que possuem uma democracia volátil, o que fez com que os Estados Unidos enxergasse a necessidade de expandir o regime democrático, em uma junção com os seus valores e princípios. Por fim, Bush também utilizou de possíveis violações aos direitos humanos que estariam ocorrendo em território iraquiano, por parte do governo tirânico de Saddam contra o seu povo (Storti,2009).

Somado a isso, acreditava-se que o país possuía um grande arsenal de armas de destruição em massa (ADMs), as quais não eram submetidas às inspeções feitas pela ONU. Nesse sentido, Colin Powell, secretário de Estado, foi o responsável por ir até a organização internacional, para apresentar provas de que o Iraque possuía tais arsenais. Assim, após muita pressão por meio do governo norte-americano, no dia 8 de novembro de 2002, o Conselho de Segurança (CS) divulgou a resolução 1.441, a qual foi responsável por concluir que o Iraque, desde 1990 não estava em conformidade com a resolução que previa a inspeção do programa nuclear, em especial as ADMs, havendo falta de transparência. Dessa forma, o CS ressaltou que além de não fornecer informações sobre as armas, o Iraque impediu a visita de técnicos

especializados por parte da ONU e também da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o que gerou desconfiança sobre o *status quo* do país. Logo, a instituição afirmou que o Iraque sofreria sérias consequências, caso não concordasse com os novos termos propostos na resolução (Pecequilo,2005).

Todavia, de acordo com Brzezinski (2004), as justificativas que levaram a invasão do território iraquiano foram construídas com base em diversas manipulações de argumentos e pretextos, os quais foram revelados posteriormente como fraudulentos, como é o caso da alegação da existência das armas de destruição em massa. Assim, sabe-se que os responsáveis pelo levantamento das informações que foram divulgadas, tinham conhecimento de que se tratava de dados que não possuíam nenhum respaldo com a realidade. No entanto, optou-se por seguir com o discurso, a fim de legitimar a ação do governo Bush, o que demonstra a manifestação do poder dos Estados Unidos.

Dessa maneira, a resolução 1.441 imposta ao Iraque previa novos prazos de entrega de documentos, declarações e inspecções para o território, com o intuito de evitar retaliações e embargos contra o país naquele primeiro momento. Assim, apesar das provocações por parte do Iraque contra os Estados Unidos e a ONU, o país buscou realizar a demanda solicitada pela organização, além de declarar que não possuía e não estava desenvolvendo armas de destruição em massa, o que claramente foi contestado por Bush. Não satisfeito, ao final dos prazos e mesmo com a entrega das documentações a tempo, o governo norte-americano deu início a uma série de discursos, afirmando que o prazo para que o diálogo terminasse de forma diplomática havia chegado ao fim. Estabeleceu-se então um prazo de 48 horas para que Hussein deixasse o poder, o que não foi aceito pelo líder e tornou-se o estopim para que a invasão se concretizasse (Pecequilo,2005).

No que diz respeito ao terrorismo, o governo norte-americano acreditava que existiam células terroristas no Iraque, ou seja, lugares que praticavam o culto ao terror e faziam saudações a líderes extremistas, como Osama Bin Laden, além de fornecerem uma espécie de segurança para os apoiadores (Amaral, 2023). Logo, o governo Bush considerava que havia apoio do governo iraquiano ao terrorismo e também a Al Qaeda, o que faria com que as possíveis ADMs pudessem cair na mão desses apoiadores, os quais poderiam utilizar tais arsenais contra os Estados Unidos. No entanto, além desses fatores, alguns críticos supõem que entre as diversas justificativas para invadir o Iraque, é possível destacar também a variável

energética, devido às grandes reservas de petróleo que haviam no local, demonstrando dessa forma um interesse econômico por parte dos EUA (Storti,2009).

3.2 A ocupação e a reação da comunidade internacional à invasão

A operação *Iraq Freedom* foi liderada por forças norte-americanas, inglesas e também por contingentes menores vindos de países como a Austrália, Espanha, Polônia e Dinamarca. Além disso, cerca de 36 países também estiveram comprometidos no combate, auxiliando em uma invasão maciça, a qual teve como consequência a queda do governo iraquiano e das instalações militares em um prazo curto de três semanas. Nesse quesito, cerca de 250 mil soldados americanos e 45 mil britânicos estiveram atuando no combate por meio de bombardeios aéreos e lançamento de mísseis. Logo, em maio de 2003, houve o anúncio por parte da coalizão de que a operação havia sido um sucesso, já que o objetivo militar da guerra havia sido cumprido, sendo ele a remoção de Saddam Hussein do poder (Storti,2009). Nesse sentido compreende-se que:

Logo em maio, Bush anunciava aos norte-americanos e ao mundo o sucesso da guerra e o início da transição do Iraque para a liberdade, até antecipando o lançamento de sua candidatura à reeleição no ano seguinte. Agradecendo a seus aliados, sinalizou às demais nações, as quais não apoiaram a intervenção, que sua presença na reconstrução do Iraque seria limitada (Pecequillo,2005,p.412).

A despeito da invasão e posterior ocupação ao Iraque em 2003, entende-se que o governo norte-americano realizou a invasão ao país sem autorização por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), uma vez que a reunião 4.726, a qual ocorreu no dia 27 de março de 2003, em Nova York, foi finalizada com o resultado negativo a intervenção. Assim, é evidente que não houve aprovação prévia do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU) no que diz respeito a invasão, no entanto, ocorreu a concordância entre os níveis legislativos do governo Bush (Amaral,2023), o que foi visto como suficiente por parte dos republicanos para tomar o território do “Estado inimigo”. Todavia, a ocupação se deu por via legal, no âmbito interno e externo. Logo, é possível destacar que:

No caso da ocupação do Iraque, o processo de legitimação dos EUA enquanto potência ocupantes, ao lado da Grã-Bretanha, se deu via legal. Primeiramente, dentro dos próprios EUA, por meio do trâmite jurídico *standard*, que consiste no processo de aprovação pelo Congresso e Senado norte-americanos, além do corpo executivo (presidência); internacionalmente, pela aprovação do CSONU da Resolução nº 1.483, que consolidava o exercício da Autoridade Provisória no Iraque; e no Iraque, pela criação, ou renovação, de leis internas no Iraque - sejam elas provisórias ou permanentes -, endossadas por um corpo consultivo composto por iraquianos (o *Iraq Governing Council* - CGI), que davam legalidade para as ações norte-americanos no país (Amaral,2017).

Dessa maneira, por mais que a invasão não tenha sido aceita, mas tenha ocorrido, passados dois meses após o fim da operação no Iraque, o CSONU transferiu responsabilidade aos EUA e à Grã-Bretanha, a fim de reconstruir o Iraque por meio da ocupação, diante a resolução 1.483. Nesse sentido, entende-se que a ONU obteve como responsabilidades: fornecer recursos, legitimidade, ajuda humanitária de maneira auxiliar e paz marginal, por meio da Resolução 1500 da UNAMI (United Nations Assistance Mission for Iraq) às forças ocupantes (Amaral, 2023). Assim, entende-se que:

No caso da ocupação da CAP no Iraque (2003), a ONU desempenhou um papel de *gatekeeper*, assegurando a responsabilidade dos EUA e Grã-Bretanha como potências ocupantes, sob o jugo das leis internacionais de ocupação (HARRIS,2006,p.24). O momento da ocupação norte-americana de 2003 contou com um papel inédito do CSONU (CHITALKAR;MALONE,2013), o qual aprovou a reconstrução do Iraque utilizando-se dos critérios do Direito Internacional de Ocupação como referência para pautar as ações dos EUA e Grã-Bretanha no país, conforme a Resolução 1483. Ambos se tornaram “forças ocupantes”, sob a nomenclatura de “Autoridade” (Amaral, 2023. p. 49).

Ressalta-se que países como a Rússia foram contrários à invasão no momento em que ocorreu a reunião sobre a possível (e evidente) intervenção anglo-americano no território do Iraque, visto que eles acreditavam que a invasão poderia ser interpretada como uma espécie de desrespeito ao Direito Internacional e a Carta da ONU, uma vez que não houvera ocorrido ataque prévio iraquiano. Além disso, membros não-permanentes do próprio conselho, como a Alemanha, que também não apoiavam a causa norte-americana, buscaram enfatizar que a guerra deveria ser terminada, a fim de garantir respeito aos civis iraquianos, ajuda humanitária e integridade territorial. Nesse sentido, entende-se que a ocupação do Iraque por meio da liderança dos Estados Unidos, pode ser comparada a uma organização de mandatos e tutela, conhecido como *trusteeship*, onde ocorre a transferência de poder para uma superpotência sobre determinado território ou população, com base na justificativa de que o governo do local não teria condições para exercer o seu papel efetivo (Amaral,2023).

Portanto, compreende-se o ciclo repetitivo da história, onde o governo norte-americano buscou derrotar os seus inimigos e implementar um governo que estivesse alinhado aos seus interesses, valores e princípios, os quais permitiriam alcançar o “progresso”, visto que o sistema que estava em funcionamento anteriormente, era contrário aos princípios da grande potência e poderia ser considerado uma ameaça, o que foi visto no caso do Iraque e do Afeganistão. Logo,

Assegurada a vitória militar e esses encaminhamentos, às negociações políticas foram aceleradas visando cobrir o vácuo político gerado pelas vitórias da Aliança do Norte e da coalizão ocidental. Em Bonn, com representantes de diversas facções, foi

acertado um governo de transição liderado por Hamid Karzai. Em 2004, a despeito da permanência da violência e da fragmentação do país, o Afeganistão, com o amparo dos Estados Unidos e da OTAN, aprovou uma nova Constituição (laica, com direitos iguais para homens e mulheres, liberdade política) e realizou suas eleições que conduziram ao cargo de presidente Hamid Karzai. Karzai é tradicionalmente ligado aos interesses britânicos e norte-americanos, possuindo ligações com companhias energéticas que constroem oleodutos na região, essenciais para os interesses norte-americanos (Johnson,2004 apud Pecequilo,2005, p.388).

Assim, Bush declarava em 2001,

America and Afghanistan are now allies against terror, we'll be partners in rebuilding that country and this evening, we welcomed the distinguished interim leader of liberated Afghanistan chairman Hamid Karzai. The last time we met in this chamber, the mother and daughters of Afghanistan were captives in their own homes, forbidden from working or going to school. Today, women are free and are part of Afghanistan's new government [...]. Our progress is a tribute to the spirit of the Afghan people to the resolve of our Coalition and to the might of the United States military (State of The Union Address 2002).

Outrossim, as potências ocupantes teriam dois objetivos cruciais durante a ocupação, sendo eles: a restauração da ordem pública e civil e a preservação do *status quo* do governo, para permitir novas políticas ao ocupado. No entanto, ao se referir ao Iraque, entende-se que o que deveria ter ocorrido em tese, não foi posto em prática, uma vez que as forças ocupantes acabaram ultrapassando os “princípios conservacionistas do direito de ocupação”. Entre as implicações, pode-se citar o crescimento de resistências, deterioração dos padrões de vida local, fuga de refugiados e um elevado número de mortes de civis, o que ainda se perpetuou nos anos seguintes à invasão em 2003 (Amaral,2023). Tais consequências também foram vistas no Afeganistão, assim, destaca-se:

Um dos objetivos centrais da missão, a captura de Bin Laden, não foi alcançada, sendo também questionável o nível de estabilidade da região pós-talibã e por quanto tempo as forças multinacionais lá deverão permanecer para interromper a violência histórica entre as facções locais. Tais forças externas, simbolizadas na OTAN, ONU e organizações não-governamentais contemplam três eixos de ação: o humanitário, o militar e o político, combinando ajuda, operações de construção de nações e de garantia da paz (Pecequilo,2005, p.388).

Logo, os Estados Unidos enquanto nação ocupante, buscaram consolidar a sua ação intervencionista através da renovação das leis iraquianas. Assim, as medidas que eram desenvolvidas pela Autoridade Provisória da Coalizão (CAP), passavam por uma participação secundária dos líderes da oposição iraquiana ao Regime Baath, com o intuito de conquistar o reconhecimento local. No entanto, o grupo opositor que estava no poder, não era aceitável pela população, o que acarretou em atividades insurgentes. Dessa maneira, ao mesmo tempo que o governo norte-americano administrava o Iraque, eles procuravam elaborar medidas normativas

a fim de garantir legitimidade e consolidação de uma estrutura jurídica para o período pós-ocupação (Amaral,2023).

4 CAPÍTULO 3: DESDOBRAMENTOS DA OCUPAÇÃO ATÉ O FIM DO GOVERNO BUSH

4.1 Crise de legitimidade

Com a invasão e posterior ocupação, o governo de George W. Bush foi visto em um momento de crise no que diz respeito a sua legitimidade, o que está atrelado aos desdobramentos que a ocupação gerou. Assim, a justificativa utilizada para invadir o território sob as possíveis alegações de ADMs, acabaram resultando em entraves para os Estados Unidos e seus aliados, como a Grã-Bretanha, uma vez que não foi localizado a presença de tais arsenais em território iraquiano. Então, a partir desse momento, um ciclo de informações manipuladas

pelo governo Bush e por Tony Blair, ex -primeiro-ministro do Reino Unido, para justificar a invasão no Iraque começaram a aparecer, o que colocou em risco, mas não impediu a reeleição do presidente norte-americano (Pecequilo,2005). Nesse sentido, tem-se que:

O primeiro escândalo foi a admissão por parte da Casa Branca que divulgara informações secretas não comprovadas no discurso de Bush em janeiro de 2003, no *State of the Union*, que indicavam que o Iraque teria comprado material nuclear da Nigéria. Igualmente, o governo Bush também passou a reconhecer que teria havido um certo exagero na interpretação de alguns dados fornecidos pela CIA que indicavam ser o Iraque um perigo real e imediato. Sugeriu-se, nesse sentido, que os relatórios da CIA especificavam que o Iraque poderia ser uma ameaça. Ou seja, talvez pudessem não haver riscos reais, mas somente a percepção de risco que, dentro dos padrões da Doutrina Bush, já justificava a intervenção (Pecequilo,2005,p.415).

Dessa forma, Bush e Blair buscaram evidenciar que por mais que não havia sido encontrado tais arsenais, os EUA e a coalização possuíam outras motivações para invadir o território, como: consolidar a democracia e, impedir a expansão do terrorismo. No entanto, iniciava-se naquele momento uma escalada de violência no Iraque, o que trouxe preocupação para Bush, devido à aproximação das eleições presidenciais, fazendo com que o governo norte-americano acelerasse a transição política no país. Sendo assim, por meio do *Iraq Governing Council* (CGI), haveria a implementação de uma Constituição provisória que entraria em vigor em março de 2004. Contudo, o conselho acabou fomentando a evidente crise de legitimidade, uma vez que ele era composto por indicações norte-americanas que não possuíam força local entre a população, o que não impediu, muito menos minimizou a violência na região, de modo contrário, aumentou ainda mais as revoltas entre a população iraquiana (Pecequilo,2005).

Ademais, outro fator que acabou piorando o cenário de instabilidade no Iraque, foi a prisão de Saddam Hussein, o que não trouxe pacificação, como foi pensado pelos norte-americanos, mas gerou confronto entre os grupos locais, devido ao vácuo de poder deixado. Além disso, a credibilidade do Executivo e do Departamento de Defesa dos Estados Unidos foram ameaçadas, devido às agressões de direitos humanos constatadas aos prisioneiros de Guantánamo e de Abu Ghraib, as quais eram justificadas em nome da segurança nacional. Por fim, outro fator que pode ser considerado como motivador da crise de legitimidade do governo de George W. Bush, está atrelado ao cenário de crise econômica que os Estados Unidos se encontravam, uma vez que desde a posse do presidente, o país apresentava sinais de desaceleração, o que se intensificou com a guerra contra o terror (Pecequilo,2005). Portanto, entende-se que:

Somado a isso, a política de cortes de impostos associadas a um aumento de gastos no setor militar que foram ainda mais expandidos com as guerras contra o Afeganistão e o Iraque, trouxe os mesmos resultados da Era Reagan: o renascimento dos crescentes

déficit gêmeos, federal e comercial. Em 2003, as políticas de Bush levaram a uma significativa reversão das contas públicas: o *superávit* de US\$ 5,6 trilhões previstos pelo governo Clinton transformara-se em déficit de US\$ 304 bilhões, cuja previsão para 2025, caso o ritmo de gastos e problemas comerciais se mantenha o mesmo, é de US\$ 1 trilhão. As reformas previdenciárias e no setor de saúde também não haviam avançado (Pecequillo,2005,p.426).

4.2 O início de um novo mandato: mais quatro anos

Dessa forma, por mais que houvesse ocorrido alguns desdobramentos que pudessem colocar em risco a reeleição de Bush, no dia 3 de novembro de 2004, o candidato republicano consegue a sua segunda vitória. Assim, a sua conquista foi marcada pela maior participação popular das últimas décadas, com cerca de 60% na média dos Estados e 30% referente aos eleitores que se inscreveram para votar pela primeira vez. Nesse sentido, a eleição de 2004 obteve um alto poder de mobilização, evidenciando a preocupação do eleitorado norte-americano em demonstrar a sua opinião política. Logo, o medo mais uma vez foi o fator crucial que permitiu a permanência de Bush no poder, uma vez que desde o 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos não tinham sofrido nenhum ataque inimigo, o que demonstrou a capacidade do governo, em alguma medida, de evitar novas agressões (Pecequillo,2005).

No que diz respeito a sua política, notou-se que em ambos os âmbitos, internacional e doméstico, houve uma continuidade dos princípios que foram instaurados no seu primeiro mandato. Dessa forma, o discurso de posse evidencia o desejo dos Estados Unidos em continuar defendendo a liberdade e a democracia, a fim de não medir esforços para atingir tais objetivos, buscando agir ao lado dos seus aliados, mas se necessário, atuar também de modo isolado, o que ilustra a manutenção do padrão da NSS de 2002 (Bush,2005). De acordo com Bush,

So it is the policy of the United States to seek and support the growth of democratic movements and institutions in every nation and culture, with the ultimate goal of ending tyranny in our world. This is not primarily the task of arms, though we will defend ourselves and our friends by force of arms when necessary. Freedom, by its nature, must be chosen and defended by citizens and sustained by the rule of law and the protection of minorities. And when the soul of a nation finally speaks, the institutions that arise may reflect customs and traditions very different from our own. America will not impose our own style of government on the unwilling. Our goal instead is to help others find their own voice, attain their own freedom, and make their own way (Bush,2005).

Nesse sentido, o Afeganistão e o Iraque eram vistos como modelos de sucesso, uma vez que o governo acreditava que havia tido uma vitória da democracia sobre o terror. Portanto, afirmava-se que:

We have joined with the Afghan people to bring down the Taliban regime - the protectors of the al-Qaida network - and aided a new, democratic government to rise in its place [...]. We led an international coalition to topple the dictator of Iraq, who had brutalized his own people, terrorized his region, defied the international

community, and sought and used weapons of mass destruction. And we are fighting alongside Iraqis to secure a united, stable, and democratic Iraq - a new ally in the war on terror in the heart of the Middle East (The White House,2006).

Em relação a *National Security Strategy* de 2006, o novo documento apresenta características muito semelhantes ao antigo, havendo apenas duas novas seções, sendo elas: *Engage the Opportunities and Confront the Challenges of Globalization* e *Conclusion*. No que diz respeito ao conteúdo, entende-se que há uma ênfase na liberdade e na democracia, visto que “*America is at war*”, como foi evidenciado no *State of the Union Address* de 2005, em seu discurso inaugural. Dessa maneira, a introdução do documento é marcada por um caráter de estratégia para um período de guerra, o qual estaria levando em consideração a contensão da expansão do terrorismo. Portanto, os objetivos que se buscavam neste momento, não se diferem do anterior, destacou-se a preferência por uma política de liderança internacional que superasse o isolacionismo e o protecionismo, de modo a combater os inimigos no exterior, sem que as ameaças atingissem primeiro os Estados Unidos. Para isso seria importante ampliar o poder militar norte-americano, a fim de garantir a proteção, a liberdade e a segurança dos norte-americanos, por meio da contensão do terrorismo (Storti,2009). Nesse sentido, afirma-se:

America also has an unprecedented opportunity to lay the foundations for future peace. The ideals that have inspired our history - freedom, democracy, and human dignity - are increasingly inspiring individuals and nations throughout the world. And because free nations tend toward peace, the advance of liberty will make America more secure. These inseparable priorities - fighting and winning the war on terror and promoting freedom as the alternative to tyranny and despair - have now guided American policy for more than 4 years (NSS,2006).

Não obstante, o documento buscou fazer menção a preferência de práticas comuns e ao uso da diplomacia para conseguir combater as possíveis ameaças, mas, em momentos necessários, os Estados Unidos ainda agiriam de modo antecipado, mesmo que isso significasse um grau de incerteza sobre o momento e o inimigo, o que evidencia uma tendência para ataques preemptivos (Storti,2009). Então, nota-se que:

When the consequences of an attack with WMD are potentially so devastating, we cannot afford to stand idly by as grave dangers materialize. This is the principle and logic of preemption. The place of preemption in our national security strategy remains the same. We will always proceed deliberately, weighing the consequences of our actions. The reasons for our actions will be clear, the force measured, and the cause just (The White House, 2006, p.23).

4.3 A repercussão para o partido republicano: a violação de direitos humanos

A ocupação do Iraque no segundo mandato de Bush foi marcada por uma falta de progresso no país que acabou afetando a política doméstica norte-americana, o que gerou pressão no governo e fez com que o presidente aprovasse em 2007 um aumento das forças

americanas no território, buscando pacificar Bagdá e outras regiões importantes do Iraque. Assim, estabeleceu-se um novo esforço estratégico, o qual foi implementado em janeiro de 2007 e ficou conhecido como *The new way forward*, que possuía entre os principais objetivos: direcionamento de mais de 30.000 soldados; reconciliação entre as facções étnicas e políticas do Iraque e, diminuição da violência. a qual havia aumentado exponencialmente desde 2006. No que tange a escolha do seu “pessoal de confiança”, em seu segundo mandato, Bush manteve-se coerente com a agenda que já havia sido consolidada em seu governo anterior, realizando somente algumas alterações. Inicialmente, entre as indicações mais polêmicas está Donald Rumsfeld se mantendo como Secretário de Defesa, mas logo sendo substituído por Robert Gates e Antonio González assumindo como ministro da Justiça (Storti,2009).

A credibilidade e idoneidade do Executivo, sobretudo do Departamento de Defesa, já estavam sendo abaladas antes mesmo da reeleição de Bush, devido ao aparecimento de escândalos ligados ao tratamento dos prisioneiros que estavam em Guantánamo e em Abu Ghraib (Pecequilo,2005). Além disso, essa movimentação foi alvo de polêmicas, pois Rumsfeld estava recebendo críticas devido às ações ineficientes que estavam ocorrendo na guerra do Iraque e, González recebendo acusações graves de restrição aos Direitos Humanos e também civis, uma vez que ele se posicionava contra a caracterização dos terroristas como prisioneiros de guerra, os quais de acordo com ele, não mereciam a proteção da Convenção de Genebra de 1949 (Storti,2009), o qual tem como princípio garantir tratamento justo aos prisioneiros de guerra (Costa,2024). Logo, acreditava-se que:

[...] os Estados Unidos responderam que os prisioneiros de Guantánamo não tinham direito ao tratamento previsto pela Convenção de Genebra, uma vez que não podiam ser definidos como “prisioneiros de guerra”, pois não faziam parte de um exército de um Estado, mas sim eram componentes de um grupo terrorista transnacional. A categoria “combatentes inimigos” (*enemy combatants*) foi aplicada a esses acusados de terrorismo. Ao mesmo tempo, como mencionado, um memorando interno de Departamento de Justiça para a Casa Branca redefiniu o conceito de tortura, ampliando os métodos de aplicação de violência disponíveis aos interrogadores. As mesmas práticas e denúncias estenderam-se ao Iraque, culminando em Abu Ghraib (Pecequilo,2005, p. 425).

Assim, entre as medidas constituídas pelos Estados Unidos, estavam os dois centros de detenção do governo norte-americano, Abu Ghraib, localizada no Iraque, desativada atualmente, e Guantánamo, localizada em Cuba e em funcionamento há 22 anos. O Campo de Detenção da Baía de Guantánamo ou Prisão de Guantánamo, foi criado no governo Bush em janeiro de 2002 e transformado em um centro de detenção para pessoas que poderiam possuir qualquer ligação com o terror. Nesse sentido, por mais que a prisão não esteja no território dos

Estados Unidos, o ambiente é controlado por eles, devido ao acordo *Cuban-American Treaty* (Costa,2024) e ainda possui cerca de 15 prisioneiros (O Globo,2025).

A detenção de Guantánamo ficou conhecida pela utilização de práticas totalmente abusivas e contrárias aos direitos humanos, as quais não possuíam amparo internacional e nem processo judicial para sustentar as prisões. O uso de táticas discricionárias de interrogatório foi aprovado pelo governo norte-americano em 2002, com uma autorização específica para cada caso (Costa,2024). No caso de Guantánamo, utilizou-se técnicas como “ato de encapuzar e desnudar presos, isolamento prolongado, privação sensorial, permanência em posturas dolorosas, simulação de afogamento, utilização de cães para induzir o estresse etc,” (Gómez, 2008, p.273). Além disso, “[...] aconteciam graves violações aos direitos humanos, como casos de tortura, restrição de água, abuso sexual, intolerância religiosa, espancamento e detenção de crianças” (Gouvêa e Guaraná, 2018, p.62). Logo, afirma-se que:

Em Guantánamo, estariam sendo violados tratados internacionais como a Convenção de Genebra, que garantia tratamento justo a prisioneiros de guerra: tortura, humilhações e desrespeito à liberdade religiosa eram algumas das táticas de interrogatório que estariam sendo empregadas. As denúncias vinham de diversas fontes: organizações não-governamentais locais e internacionais, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e da parte de governos estrangeiros como a Grã-Bretanha que, apesar do apoio aos norte-americanos, viam com preocupação o tratamento que seus cidadãos estariam recebendo (Pecequillo,2005, p.425).

Outrossim, no final de 2002, um analista da CIA, *Central Intelligence Agency*, realizou uma visita secreta ao centro de detenção de Guantánamo, a fim de produzir um relatório sobre o que ocorria na detenção. A partir da visita, constatou-se que cerca de 600 prisioneiros eram mantidos naquele local, os quais permaneciam em jaulas de aço com pouca proteção do sol e que mais da metade não deveriam estar lá e não sabiam o motivo de terem ido parar local, muitos nunca proclamaram algo contra os Estados Unidos (Hersh, 2004). Nesse sentido, evidencia-se que:

“[...] Com base em amostragem, mais da metade das pessoas nem devia estar lá. Encontrou pessoas deitadas nas próprias fezes, inclusive dois presos com cerca de 80 anos que claramente sofriam das faculdades mentais. O que acontecia lá era vergonhoso”. Não havia um sistema racional para determinar quem era importante ou não. Os prisioneiros, uma vez capturados e transportados para Cuba, ficavam num limbo legal permanente. O analista disse ao colega que um dos primeiros prisioneiros que tinha entrevistado era um rapaz que, quando perguntado “se fizera um *ji*had” — se participara numa guerra santa contra os Estados Unidos —, disse: “Eu nunca fiz *ji*had. Se pudesse faria, mas não tive chance, só fui atirado na prisão” (Hersh, 2004, p. 22).

Dessa forma, entende-se que a prisão dos suspeitos ocorria sem a utilização de provas formais, por meio da criação de cenários totalmente desconexos para realizar as prisões. Osama

Abu Kabir é um exemplo, o qual foi detido por estar usando uma marca de relógio digital que supostamente era favorecida por membros da Al-Qaeda. Até 2024 Kabir ainda permanecia preso e sem qualquer perspectiva de soltura ou julgamento (Costa,2024).

O relatório feito pelo analista da CIA chegou até o governo, o que fez com que o Departamento de Justiça para a Casa Branca criasse um memorando interno para redefinir o conceito de tortura, uma vez que se as ações de Guantánamo se tornassem públicas, prejudicariam o presidente. Dessa forma, vários foram produzidos, mas em agosto de 2002, Jay S. Bybee, chefe do Escritório de Aconselhamento Legal do Departamento de Justiça, escreveu o documento que seria mais sugestivo, com o intuito de ressaltar o que ocorria dentro das prisões. Entende-se que o objetivo por trás do memorando era minimizar as obrigações dos EUA perante a Convenção de Genebra, ratificada pelos norte-americanos em 1994, e o estatuto federal antitortura (Hersh,2004,). Portanto, Bybee afirma:

“Certos atos podem ser cruéis, desumanos ou degradantes, mas ainda não produzem dor e sofrimento na intensidade requerida para cair nas interdições [legais] de tortura. Concluimos que para o ato ser chamado de tortura [...] deve infligir dor difícil de ser suportada. A dor física que chegue à tortura deve ser equivalente em intensidade à dor que acompanha um ferimento físico grave, como uma falência de um órgão, prejuízo de funções corporais ou mesmo morte” (Hersh,2004, p.24).

A despeito de Abu Ghraib, a prisão também ficou marcada pelas práticas de tortura e humilhação dos prisioneiros pelos membros do Exército norte-americano, o que só foi levado a debate público quando integrantes do próprio exército realizaram registros do tratamento ofertado aos detentos e publicaram na internet, comprovando dessa forma um tratamento totalmente desumano e degradante (Costa,2024). Em decorrência das práticas que ferem os direitos humanos, soma-se cerca de “mais de 350.000 pessoas mortas diretamente e incontáveis mortes colaterais [...]” (Calegari; Serraglio, 2015,p.01), além da destruição de famílias e territórios, sobretudo de pessoas inocentes que não possuíam qualquer tipo de ligação com o terrorismo (Costa,2024).

Dessa forma, o vazamento de fotos secretas de Abu Ghraib e os depoimentos sobre Guantánamo, produziram uma nova dimensão sobre a “guerra ao terror”. Assim, em 2004, a Corte Federal realizou um pronunciamento onde deixava claro o seu posicionamento contrário ao tratamento dado aos prisioneiros de Guantánamo, a fim de reafirmar o direito dos prisioneiros à defesa e também ao julgamento justo, uma vez que a guerra contra o terror não poderia e não deveria representar um ato de desrespeito aos direitos humanos. Contudo, por mais que as fotos de Abu Ghraib foram as responsáveis por mobilizar o debate sobre as torturas

que estavam sendo legitimadas, entende-se que as violações de direitos humanos estavam ocorrendo desde 2001, quando ocorreu as primeiras prisões de possíveis associados ao terrorismo e a Al-Qaeda nos EUA e no Afeganistão (Pecequillo,2005), o que já havia sido afirmado por Bush no *State of Union Address* de 2002: “The American flag flies again over our embassy in Kabul. Terrorists who once occupied Afghanistan now occupy cells at Guantanamo Bay” (Bush,2002).

Portanto, no auge dos escândalos dos prisioneiros de Abu Ghraib, Alberto R. Gonzalez, assessor da Casa Branca, disse a jornalistas que Bush não era responsável pelos erros que estavam ocorrendo. De acordo com ele:

“O presidente não autorizara, ordenara ou dirigira, de forma alguma, qualquer atividade que transgredisse os padrões de tortura convencionais, do estatuto da tortura ou outras leis aplicáveis. Não fizera nenhuma determinação formal invocando a Convenção de Genebra antes da invasão do Iraque, em março de 2003, porque era certo que a Convenção de Genebra seria aplicada e assumiu-se que os comandantes militares em campo assegurariam que as políticas de interrogatório estivessem de acordo com a visão declarada pelo presidente” (Hersh, 2004, p.25).

Gonzales ainda afirma:

“Estamos diante de um inimigo que tem como alvo civis inocentes. Enfrentamos inimigos que ficam nas sombras, um inimigo que não assina tratados. Não usa uniforme, não tem aliança com nenhum país. Não dá valor à vida. Um inimigo que não luta, ataca ou planeja de acordo com as leis de guerra aceitas, em particular a [s da] Convenção de Genebra” (Hersh, 2004, p. 24).

Todavia, atualmente sabe-se que Bush havia feito uma declaração secreta, a qual foi assinada por ele em 7 de fevereiro de 2002 e buscava abrir uma exceção em relação à Convenção de Genebra, com o intuito de não aplicar as normas ao conflito com a Al Qaeda no Afeganistão e nem em outros lugares do mundo. Além disso, por meio da declaração, incluía-se o poder do próprio presidente de suspender a Convenção entre os EUA e o Afeganistão, por meio da Constituição. Assim, no final de 2002, o relatório feito pelo analista seguia até Condoleezza Rice, assessora de Segurança Internacional no primeiro mandato de Bush, o que permitiu diversas reclamações dentro do FBI a respeito das táticas de interrogatório em Guantánamo. Dessa forma, os agentes superiores do FBI que receberam as informações decidiram realizar uma contestação por escrito, a qual foi enviada ao Departamento de Defesa, entre outros relatos que foram feitos posteriormente, mas que não alteraram em nada o dia-a-dia em Guantánamo (Hersh,2004). Portanto,

Outros relatos de má conduta surgiram no fim de 2002 por parte do advogado da Reserva do Exército que servira em Guantánamo e que, em seguida, veio ao FBI para ser entrevistado para um emprego. “Os oficiais que dirigiam Guantánamo violavam a Convenção de Genebra e o estatuto federal antitortura”, disse o advogado aos

entrevistadores. Explicou que ele e um colega, também advogado, escreveram um memorando detalhado para os oficiais superiores em Guantánamo, mas que não obtiveram resposta. Eles se sentiram obrigados a levar as reclamações ao Pentágono. Mais uma vez, nada aconteceu (Hersh,2004, p.27).

Em outubro de 2002, os problemas chegaram até Rice, que convocou uma reunião de alto escalão e solicitou a presença de Rumsfeld, o qual à época incentivava os soldados a serem firmes com os prisioneiros. O secretário compareceu, mas não demonstrou importância em relação ao assunto, de modo que nada foi modificado. Em junho de 2004, no ápice dos escândalos de Abu Ghraib, William Haynes, assessor-geral do Pentágono, esteve presente em uma coletiva de imprensa da Casa Branca, onde buscou enfatizar que nenhum prisioneiro no Iraque, Afeganistão ou Cuba estariam sendo torturados. De acordo com Haynes, todos em Guantánamo estavam lá pois deveriam estar, uma vez que era realizado um processo rigoroso antes de qualquer pessoa ser enviada para Cuba ou outras prisões. Além disso, de acordo com o assessor, era necessário possuir uma espécie de determinação adicional para ser considerado um combatente inimigo, algo que era feito anualmente (Hersh,2004). Logo,

Era óbvio que havia uma ruptura entre a realidade da vida na prisão em Guantánamo e como esta era descrita ao público em coletivas de imprensa cuidadosamente encenadas e nas declarações liberadas pelo governo. As autoridades das prisões americanas repetidas vezes asseguraram ao povo e à imprensa, por exemplo, que os detentos da Al Qaeda e do Talibã tinham pelo menos três horas de recreação por semana (Hersh,2004,p.31).

No entanto, sabia-se que o que era falado na mídia não possuía nenhuma ligação com a realidade. Inúmeras visitas foram feitas por jornalistas e até delegações do Congresso as prisões, sendo elas com horário marcado, o que impedia o contato com a realidade, já que eles viam somente o que os militares gostariam que eles vissem, a fim de influenciar uma percepção de que tudo estava bem (Hersh,2004). Dessa maneira,

Um dos *Marines* designados para servir em Guantánamo em 2003, que desde então abandonou a vida militar, relatou-me que ele e os colegas da base convocados eram encorajados pelos líderes do batalhão a visitar os prisioneiros uma ou duas vezes por mês, quando não houvesse pessoal da televisão, jornalistas ou visitantes de fora da prisão: “Fazíamos o máximo para prejudicar os prisioneiros — impor um pouco de dor. Não podíamos fazer muita coisa, por causa do medo da exposição”, disse o ex-*Marine*, que também servira no Afeganistão. Segundo ele, “sempre havia pessoal da imprensa rondando por ali. Por causa disso não podíamos mandá-los de volta com uma perna quebrada ou algo assim; e, se alguém morresse, eu poderia encarar uma corte marcial” (Hersh,2004,p.32).

Durante audiências no Senado depois de Abu Ghraib, constatou-se que Geoffrey Miller, general de divisão do exército que havia se tornado comandante em Guantánamo,

possuía permissão para utilizar determinadas técnicas questionáveis na prisão. Além disso, Rice e Rumsfeld tinham ciência sobre a decisão supersecreta que Bush havia assinado, autorizando o Departamento de Defesa a montar uma equipe clandestina que desafiasse a diplomacia e as leis internacionais. Portanto, foi permitida a criação de centros secretos em países aliados para que fosse feito os interrogatórios, onde os prisioneiros estariam submetidos a tratamentos desumanos e degradantes. O programa ficou conhecido como SAP (*Special Access Program*) e permanecia escondido no Departamento de Defesa, de modo que determinados detalhes operacionais eram conhecidos somente por alguns membros do Pentágono, da CIA e da Casa Branca (Hersh,2004). Logo,

A criação do SAP e a necessidade de fornecer proteção legal para as pessoas dentro do programa poderiam explicar a linguagem confusa da declaração secreta do presidente em 7 de fevereiro de 2002, que versava sobre o tratamento dos prisioneiros em Guantánamo e dizia que, quando se tratava da Al Qaeda, a Convenção de Genebra era aplicável somente a seu critério. Algumas das conclusões precipitadas em outros memorandos do Departamento de Justiça e do gabinete do Conselho da Csa Branca, que se tornaram públicos inicialmente por meio do *Wall Street Journal*, concluem que a autoridade do presidente de gerenciar uma campanha militar sobrepujava quaisquer proibições estatutárias ou de tratados contra a tortura (Hersh, 2004,p.38).

Portanto, entende-se que os Estados Unidos infringiram diversas medidas internacionais que impedem as violações de direitos humanos, entre elas: III Convenção de Genebra e as convenções e resoluções da ONU, como: Convenção para a Prevenção e Punição do Terrorismo (1937); Medidas para Elimar o Terrorismo Internacional (1994); Resolução n. 1566 de outubro de 2004 e Resolução n. 2462 de 28 de março de 2019. Dessa forma, por mais que as denúncias chegassem por parte das organizações não governamentais locais e internacionais, por meio da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e também da própria Grã-Bretanha (Pecequilo,2005), ainda ocorreram incontáveis violações graves, o que ilustra, novamente, a fragilidade sobretudo da ONU e a “exceção” dos Estados Unidos perante as normas internacionais, o que justifica o atual funcionamento da prisão de Guantánamo (Costa,2024). Logo,

Nesse sentido, fica evidenciado que os EUA são uma “exceção” perante as normas internacionais de proteção aos direitos humanos e de proteção aos prisioneiros de guerra, pois os sistemas normativos foram ignorados em inúmeros momentos pelos estadunidenses, em especial frente às atividades ilegais praticadas em Guantánamo, simplesmente pelo uso de uma expressão que não os define como deveriam ser chamados. É notório que o governo norte-americano faz uso de manobras calculadas para que não seja impedido de praticar atividades que estão em desacordo com os mecanismos de proteção aos direitos humanos em âmbito internacional (Costa,2024, p. 134).

Desse modo, os custos de uma Doutrina preventiva e preemptiva que visava a segurança e a democracia no Iraque e no Afeganistão, foram os responsáveis pelo aumento da

violência, altos custos humanos e financeiros e peso político empregado ao multilateralismo. Somado a isso, obteve-se ainda como consequência a proliferação das armas de destruição em massa, corridas armamentistas e a ascensão de grupos terroristas. Portanto, compreende-se que as ações do presidente acabaram se contradizendo, uma vez que a nova política externa desenvolvida no governo acabou levando a uma diminuição da segurança (Pecequillo,2005). Logo, é possível destacar que o erro da Doutrina Bush foi ter consolidado um primeiro mandato marcado por hostilidades, o qual impactou e gerou desconfiança em seu segundo governo, apesar das inclinações e a busca pelo multilateralismo (Storti,2007). Desse modo,ressalta-se que:

Numa entrevista em meados de 2004, Kenneth Roth, diretor-executivo da *Human Rights Watch* em Nova York, relembrou: “Em essência, eu dissera a Rice e Bellinger que, quando não se consegue fazer as coisas no próprio lugar, não se conseguirá fazer em Guantánamo”. Na época da reunião com Rice, o SAP de Rumsfeld já colocava e manietava terroristas suspeitos para interrogatórios em instalações de prisões secretas em Cingapura, Tailândia e Paquistão, dentre outros lugares, havia três anos. A Casa Branca combatia o terror com terror (Hersh,2004 p.40).

Por fim, a despeito do final do segundo mandato de George W. Bush e do início das eleições de 2008, é possível destacar o papel desempenhado pelo medo e pelas crenças falsas, que reforçaram o suporte público na guerra no Iraque. De acordo com *Pew Research Center* (2023), uma pesquisa realizada em 2019 ilustrou que 62% dos adultos norte-americanos concluíram que a guerra não valeu a pena, contra 32% que afirmaram que o conflito teria tido relevância. Assim, a pesquisa ainda destaca o declínio do apoio público de Bush em seu segundo mandato, já que em 2007 a situação do conflito continuava se deteriorando. Como saída, o presidente decidiu ir contra a opinião dos democratas, os quais apoiavam a retirada das forças americanas do Iraque, e decidiu enviar mais tropas, o que ficou conhecido como “*surge*”, uma tentativa de mudar o destino do conflito. No entanto, a nova ação estratégica de Bush foi considerada impopular entre o público, demonstrando uma população cansada do conflito e de seus desdobramentos, uma vez que ele se estendia desde 2003, o que desencadeou uma polarização partidária.

Dessa forma, com a campanha presidencial de 2008 se aproximando e a continuação da guerra, com cerca de 100.000 soldados americanos ainda no território, era evidente que o conflito acabaria se tornando um problema para a próxima gestão. Nesse sentido, Barack Obama, democrata, buscava destacar a sua oposição à guerra desde as primárias, enquanto Hillary Clinton, do partido republicano, havia votado a favor da autorização da guerra no Senado em 2002. Assim, após a derrota de Clinton por Obama na disputa pela indicação

democrata, Obama enfrentou John McCain nas eleições gerais, em um momento em que a guerra do Iraque estava cada vez mais marcada pela desordem nos mercados financeiros, o que desencadeou uma crise econômica mundial. Nesse sentido, ainda durante a campanha de 2008, Obama realizou um discurso prometendo colocar fim na guerra, acrescentando que os EUA seriam cuidadosos ao sair do Iraque. Portanto, ao final da disputa, o partido democrata garante a vitória, o que ilustra o impacto dos aspectos econômicos diante das eleições, fator que já estava sendo analisado desde o início da invasão ao Iraque, devido aos altos gastos que o governo norte-americano estava enfrentando (Pew Research Center, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme ilustrado ao longo do capítulo um, George W. Bush ainda durante a sua campanha eleitoral, já demonstrava certa inclinação para uma política externa agressiva, fazendo menção a necessidade de defender o território norte-americano, sobretudo por meio de um sistema de defesa antimísseis e da reforma das forças armadas. Assim, ao garantir a sua vitória, o presidente fez sinalizações de que percorreria um caminho diferente no que diz respeito à segurança do território, no entanto, enfatizou a necessidade de um sistema de alianças e parcerias pragmáticas, voltadas para a relação com as grandes potências. Contudo, ao decorrer do seu governo, foi possível perceber uma postura de viés unilateral, a qual tinha como justificativa a busca pela garantia dos interesses nacionais. Logo, deu-se início a construção de uma série de discursos mobilizados pelo governo, os quais tinham o intuito de mostrar para a população os riscos internacionais que os Estados Unidos poderiam enfrentar, devido principalmente ao uso de armas de destruição em massa, por meio dos Estados considerados uma ameaça, os quais mais tarde serão denominados como *rogue states* e farão parte do “Eixo do Mal”.

Dessa maneira, com os atentados do 11 de setembro de 2001, o governo possuía o cenário ideal para colocar em prática o discurso que havia sido construído anteriormente, de modo a enfatizar a segurança, a soberania e os interesses nacionais dos Estados Unidos. Os atentados foram arquitetados por Osama Bin Laden, fundamentalista islâmico vinculados à Al-Qaeda, o qual em 1998 havia feito uma declaração de *jihad* contra os EUA, ilustrando as diversas ações dos norte-americanos contra os povos árabes. Nesse sentido, entende-se que os ataques de 2001 trouxeram desordem no plano econômico e moral, mas além disso afetou os valores norte-americanos, a liberdade e a segurança, evidenciando que mesmo sendo uma Grande Potência, o território era passível de sofrer um ataque de grande dimensões. Portanto, inicia-se o momento da história em que os Estados Unidos retornam com uma característica que sempre esteve presente em sua política externa, a construção de um inimigo e a necessidade de combater possíveis ameaças, o que nesse momento ficou conhecido como Doutrina Bush.

Nesse sentido, diante dos atentados, Bush e seu governo dá início a construção de um discurso, o qual será pautado pela segregação de Estados amigos e Estados inimigos, enfatizando a necessidade de todos os países escolherem um lado, estando com os Estados Unidos ou contra eles. Assim, em seu discurso, esteve presente a designação do “Eixo do Mal”, termo que se referia a Coreia do Norte, Irã e Iraque, países que de acordo com o governo norte-americano representavam uma ameaça e estavam associados a armas de destruição em massa, os *rogue states*. Dessa forma, entre os países que compunham o eixo, o Iraque foi o primeiro escolhido para ser combatido, o que será defendido pelo governo por meio de diversas justificativas, incluindo: combate as armas de destruição em massa e ao terrorismo e a necessidade de consolidar a democracia. Todavia, ressalta-se que o governo possuía entendimento de que enfrentar a Coreia do Norte ou o Irã, traria desdobramentos e consequências maiores para o território norte-americano, ao invés do Iraque, país que já demonstrava uma certa fragilidade, principalmente devido ao últimos conflitos que envolveram a região, onde os Estados Unidos também se fizeram presentes. Portanto, compreende-se que os atentados não se trataram de uma disputa oficial entre os Estados Unidos e o Iraque, mas sim de uma campanha terrorista por parte de Osama Bin Laden contra os EUA, o que preparou o terreno para o desenvolvimento da Doutrina Bush e a posterior invasão e ocupação no Iraque.

A Doutrina Bush foi consolidada por meio da *National Security Strategy (NSS)*, documento que procurou ilustrar os objetivos do governo, entre eles: defender a paz, a democracia, o desenvolvimento, o livre mercado e a segurança por meio da ação, de modo a reagir prontamente contra qualquer tipo de ameaça que pudesse de alguma maneira prejudicar

os interesses do EUA, utilizando como principais aspectos a prevenção e a preempção. Desse modo, por meio das características ilustradas acima, é possível destacar o interesse dos Estados Unidos em expandir os seus valores às demais nações, as quais agiam de modo contrário e possivelmente poderiam representar uma ameaça, já que não compartilhavam as mesmas inclinações. Além disso, se faz importante ressaltar que o documento não dispensava a adoção de uma postura multilateral, mas evidenciava que caso não fosse possível usufruir de alianças e acordos com as demais nações e instituições internacionais, os Estados Unidos não hesitariam em adotar uma postura unilateral para garantir os seus interesses.

No que diz respeito à decisão de invadir o território iraquiano, entende-se que ela não foi vista com bons olhos, o que foi perceptível devido a falta de opinião pública local e internacional, já que o Iraque não demonstrava uma ameaça iminente e não possuía uma grande capacidade de agressão. o que foi discutido por membros do Conselho de Segurança que votaram contra a intervenção, como a Rússia, membro permanente que possui o poder de veto. Assim, é evidente que não houve aprovação prévia do Conselho de Segurança das Nações Unidas, somente a concordância entre os níveis legislativos do governo Bush, o que foi visto como suficiente para invadir o território, deixando explícito a adoção de uma postura unilateral, sem a demonstração de receio em ultrapassar as leis internacionais que possuíam caráter contrário aos interesses norte-americanos.

A despeito da ocupação, após a invasão o Conselho transferiu responsabilidade para a Grã-Bretanha e para os Estados Unidos, a fim de que eles assumissem o papel de potências ocupantes, de modo a reconstruir o território. No entanto, essa ação despertou inúmeras implicações, entre elas: o crescimento de resistências, a deterioração dos padrões de vida, fuga de refugiados e um elevado número de mortes de civis, o que perpetuou resquícios por longos anos após a ocupação. Dessa maneira, com o fim do primeiro mandato e o início do segundo, Bush sofreu uma crise de legitimidade que quase impossibilitou a sua reeleição, devido principalmente a escalada de violência no Iraque; divulgação de informações falsas que foram utilizadas como justificativas para invadir o território; cenário de crise econômica e violações de direitos humanos que começaram a se tornar públicas, devido às condições que os prisioneiros estavam enfrentando nas prisões de Guantánamo e Abu Ghraib.

Em seu segundo mandato, Bush buscou dar continuidade ao padrão estabelecido no primeiro, o que ficou evidente por meio da nova Estratégia de Segurança Nacional de 2006. Além disso, Bush utilizou o caso do Iraque como um grande modelo de sucesso, mesmo antes

do fim da ocupação, o que vem sendo questionado ao longo dos anos, devido às implicações que a invasão e posterior ocupação gerou para o governo e para o partido republicano, visto que as eleições de 2008 foram marcadas pela vitória democrata. Nesse sentido, entende-se que a explosão de casos envolvendo as violações de direitos humanos e tortura, tiveram um papel relevante para questionar a gestão do presidente, além do cenário violento no Iraque que se deteriorava cada vez mais e a economia dos Estados Unidos que demonstrava certo declínio. Logo, entende-se que tais fatores evidenciam uma população norte-americana consumida por uma guerra que aparentava não ter fim, o que fez com que eles vissem na entrada de um novo partido, que apoiava o fim do conflito, a resolução dos problemas que o país estava enfrentando, os quais começaram após o início da guerra. Portanto, optou-se pelo democrata Barack Obama.

Por fim, pode-se concluir que os ataques do 11 de setembro de 2001 produziram o cenário ideal para a consolidação de um discurso agressivo que já estava construído, o qual visava a garantia dos interesses nacionais em detrimento das normas internacionais, das instituições e do multilateralismo, o que culminou na invasão ao Iraque e desencadeou inúmeros problemas para a administração Bush, fato que ficou evidente na eleição de 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCON, Danillo. Os meandros da política externa dos Estados Unidos para o Afeganistão: o 11 de setembro e a Operação Liberdade Duradoura. 2012.

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. A busca por legitimidade na ocupação norte-americana do Iraque (2003-2004): a consolidação de um projeto de reconstrução por meio de ferramentas jurídicas e argumentos morais. **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 66, p. 43-54, 2023.

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. Ocupação e Reconstrução do Iraque: a atuação da Coalizão de Autoridade Provisória (2003-2004). 2017.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The choice:** global domination or global leadership. American Progress, 2005. Disponível em: <https://www.americanprogress.org/article/the-choice-global-domination-or-global-leadership/>. Acesso em: 19 de abr. 2025.

BUSH, George. Inaugural address. The American Presidency Project, 2005. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/inaugural-address-13>. Acesso em: 3 de abr. 2025.

BUSH, George. Inaugural Address. Washington, DC: January 20, 2001. Disponível em: <http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/01.20.01.html> . Acesso em: 16 de abr. 2025.

BUSH, George. President Delivers State of the Union Address, 2002. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>. Acesso em: 19 de abr. 2025.

BUSH, George. Remarks by the president to students and faculty at National Defense University. Washington, 01 de maio de 2001. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/05/20010501-10.html>. Acesso em: 16 de abr. 2025.

BUSH, George. State of the Union Address 2002. Disponível em: <https://youtu.be/OzLDITAgYJc?si=-4OdRROPHob8ib3Y>. Acesso em: 26 de mar. 2025.

BUSH, George. The National Security Strategy of The United States of America, 2002. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>. Acesso em: 13 de abr. 2025.

BUSH, George. The National Security Strategy of The United States of America, 2006. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss2006.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2025.

CALEGARI, Cassiano; SERRAGLIO, Priscila Zilli. Terrorcracia e hacktivismo: o que a guerra ao terror e a primavera árabe nos ensinaram sobre democracia. In: 3o Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. **Anais do [...]**. Santa Maria: UFSM, 2015, p. 1-15. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/3-6-1.pdf>. Acesso em: 20 de abr. 2025

CORREIA, Pedro de Pezarat. **Império mundial e ações preventivas**. Disponível em: <http://resistir.info/serpa/comunicacoes/comunicacoes.html>. Acesso em: 19 de abr. 2025.

DA COSTA, Luciana Espindola. Poemas de Guantánamo: uma análise das medidas desumanas relatadas e das políticas internacionais para proteção dos direitos humanos. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, p. 126 - 137, 2024.

DAALDER, Ivo H.; LINDSAY, James M.; STEINBERG, James B. The Bush National Security Strategy: An Evaluation. **The brookings Institution Policy Brief**, n. 109, out. 2002.

DOHERITY, Carroll; KILLEY, Jocelyn. **A Look Back at How Fear and False Beliefs Bolstered U.S Public Support for War in Iraq**. Pew Research Center, 2023. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/politics/2023/03/14/a-look-back-at-how-fear-and-false-beliefs-bolstered-u-s-public-support-for-war-in-iraq/>. Acesso em: 20 de abr. 2025.

FASSIN, Didier. **Humanitarian Reason: A moral history of the Present**. Berkeley: University of California Press, 2012.

GOUVÊA, Carina Barbosa; GUARANÁ, Martha. Guantánamo, o processo e o julgamento pelas comissões militares e as garantias do habeas corpus: a prisão continuada sem acusação ou julgamento. **Ius Gentium**, v. 9, n. 2, p. 60-90, 2018. Disponível em: <https://revistasuninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/405>. Acesso em: 18 de abr. 2025.

GÓMEZ, J. M. Soberania imperial, espaços de exceção e o campo de Guantánamo: desterritorialização e confinamento na “guerra contra o terror”. **Contexto Internacional**, v. 30, n. 2, p. 267-308, maio. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/Dt4CZ8zPnSFpX3DhtywZjMy/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 19 de abr. 2025.

HAASS, Richard N. The age of nonpolarity: What will follow US dominance? **Foreign Affairs**, May/June 2008.

HERSH, Seymour M. **Cadeia de comando: a guerra de Bush do 11 de setembro às torturas de Abu Ghraib**. Ediouro, 2004.

PARIS, Roland. **At War's End: Building Peace After Civil Conflict**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?**. UFRGS Editora, 2003.

RODRIGUES, Alexandre Reis. O 11 de Setembro e a política externa americana. **Relações Internacionais**, v. 3, p. 05-11, 2004.

Saiba o que é Guantánamos, prisão militar para acusados de terrorismo que Trump transformou em centro de detenção de imigrantes. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/02/04/guantanamo-trump-transforma-prisao-militar-para-acusados-de-terrorismo-em-centro-de-detencao-de-imigrantes-conheca.ghtml>. Acesso em: 11 de abr. 2025.

SCIOLINO, Elaine. Bush's Foreign Policy Tutor: An Academic in the Public Eye. *The New York Times*, New York, 16/06/2000.

STORTI, Janaina Marques. **Enfrentado as novas ameaças: Estratégia e política internacional norte-americanas no pós-Guerra Fria**. Campinas, SP: Unicamp, 2009.